



**CARTA ABERTA**

**AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

**E MINORIAS DA CAMARA FEDRAL**

Exmo. Sr. Deputado Assis do Couto (PT-PR)

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal

Exmo. Sr. Nilmário Miranda (PT-MG)

Primeiro vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal

Prezados Senhores,

Entre alívio e preocupações nos dirigimos à V. Sa. para expressar nossas expectativas para ação da presidência desta Comissão no contexto eleitoral de 2014.

Inicialmente queremos manifestar nossa satisfação com a declaração de V. Sra. Presidente da comissão, na qual explicita a necessidade de separação entre o pessoal e o público no exercício de cargos políticos. Afirmar este princípio norteando sua vida pública nos parece fundamental para o avanço dos trabalhos desta comissão, trabalhos que estiveram manchados no ano passado pelo manto do preconceito e intolerância.

Compreendemos que os mandatos conferidos pelo povo brasileiro devem, todos sem exceção, observar e orientar-se na Constituição Federal vigente, principal arcabouço jurídico do Estado brasileiro do qual esta Casa é parte constitutiva, e, ao mesmo tempo, devem concretizar os princípios e preceitos da República, valorizando o bem comum e a coisa pública.

A trajetória política da vida pública de V. Sras, vinculada às lutas sociais, esteve comprometida publicamente com a defesa dos direitos humanos, com a inclusão social, as políticas afirmativas, tendo nesta história uma marca diferencial de muitos que estão associados a interesses privados de empresários do agornegócio, da mídia, da indústria ou a serviço da imposição de preceitos religiosos particulares em detrimento dos princípios constitucionais igualitários e universais.

Desta forma, esperamos que os princípios dos direitos humanos, igualdade e justiça, e a laicidade esteja orientando os debates dentro da comissão em 2014, sob o compromisso de anular do imaginário social brasileiro, o discurso autorizativo da violência e da intolerância por concepções divergentes de moralidades, que nos confrontam atualmente em nossa jovem democracia e no espírito republicano que precisamos defender.

Brasília, 19 de Março de 2014